



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ECONOMIA CRIATIVA NA PAUTA DAS POLÍTICAS CULTURAIS: O PAPEL DE IDENTIDADES PRODUTIVAS NA VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL E RE-SIGNIFICAÇÕES DO INTERIOR

Andreza Barreto Leitão
Socióloga, mestranda PPGPS/CCH/UENF
E-mail: andreza_bl@yahoo.com.br

“Chegou a hora dessa gente bronzada mostrar seu valor...”¹

Introdução

No presente trabalho procuro acompanhar o panorama recente das Políticas Culturais no Brasil, observando o processo por meio do qual o conceito de “Economia Criativa” se institucionaliza no MinC, através da criação de uma secretaria homônima, quais as possíveis objetivos e demandas iniciais da criação da pasta. Num segundo momento, busco delimitar a conceituação do termo, traçando um histórico de seu surgimento e apontando a evolução de experiências e eventos no contexto brasileiro que antecedem à criação da referida pasta. Por fim, busco a partir da análise da experiência de projetos de artesãs no município de Quissamã-RJ, que trabalham com fibras naturais, destacar a possibilidade da introdução da Economia Criativa na promoção do desenvolvimento endógeno e criação de identidades produtivas no sentido da possível valorização da cultura local, bem como de re-significações do interior do ponto de vista cultural e ambiental, por meio de processos de criação, produção, consumo, formação, difusão e preservação dos bens materiais e simbólicos.

Políticas culturais no Brasil em um contexto recente: a aprovação do PNC e a criação da Secretaria de Economia Criativa

O Brasil retomou o seu processo democrático há pouco mais de duas décadas, mais precisamente em 1985, com o que nós chamamos de período de transição,

¹ “Brasil Pandeiro” (Novos Baianos)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

passando a contar com eleições diretas só em 1990. Isto posto, pode-se afirmar que somos uma democracia representativa recente que ainda esbarra em uma cultura arraigada de privilégios de uma pequena parcela da população. Por outro lado, seria dentro da esfera da cultura que poderíamos identificar afirmações emancipatórias. Segundo Marilena Chauí (2006):

Enquanto desvendamento das aparências, interpretação crítica das práticas sociais e políticas, paixão transformadora e desejo de criação, a cultura é o que permite (...) revelar a presença escondida da luta de classes e se contrapor à história oficial celebrativa dos dominantes, graças à história que os trabalhadores criam a partir de sua própria memória, da crônica de seus valores, lutas, esperanças e tradições, inventando outro calendário e instituindo seus próprios símbolos e espaços. (CHAUÍ, 2006, p. 9)

Para a autora, há um equívoco das esquerdas nacionais que tratam a cultura erroneamente como um “instrumento” para a luta política no lugar de propor uma mudança na e da cultura, instituindo uma nova cultura a partir das classes populares, conforme o ideal gramsciano: “Em outras palavras, não se trata de instrumentalizar a cultura para a luta política e sim de fazer da própria luta pela hegemonia o processo histórico de instituição de uma *cultura política*.” (CHAUÍ, 2006, p. 10)

Porto (2004) destaca que, a partir da segunda metade dos 80, verifica-se a emergência concomitante de dois setores culturais específicos, em certa medida, contraditórios: o primeiro, impulsionado pela renovação da sociedade civil, as organizações não-governamentais comunitárias; o segundo, impulsionado pelo Governo, mais precisamente pelo Ministério da Cultura implantado em 1985, as lideranças empresariais que, utilizando a política de subsídios fiscais adotada pelo Governo, estimulam a produção cultural profissionalizada. O primeiro desses setores de novas lideranças culturais pode ser identificado, em especial, por meio de novos atores, movimentos culturais que partem da periferia dos grandes centros urbanos e de pequenas comunidades populares, lutando pela ampliação de sua representatividade política por meio da expressão de várias formas artísticas e culturais. Ocorre que este permanece sem representatividade no campo das políticas públicas, ancorado desde 1985 em uma política de incentivos fiscais a empresas sem regulação adequada. Isso se dá devido às:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

(...) leis que abatem um percentual do imposto devido ao Tesouro Nacional para estimular o ingresso de recursos privados no campo da cultura. São as leis de mecenato, como a Lei Rouanet, a Lei do Audiovisual que incentiva especialmente a produção de cine, as leis estaduais que incidem sobre impostos provinciais. Este par de leis garantiu, no Brasil, o ingresso direto anual que chega, em 2002, a algo em torno de 100 milhões de dólares, segundo dados do Ministério da Cultura, só com a utilização da Lei Federal de incentivos. (PORTO, 2004)

A Lei Rouanet consiste numa política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (Pessoas Jurídicas) e aos cidadãos (pessoas Físicas) a aplicarem uma parte do imposto de renda devido à União em ações culturais (sendo 4% para o IRPJ e 6% para o IRPF). Ocorre que no período neo-liberal, o poder público, seja por escassez de recursos, seja por omissão deliberada, deixou as decisões a respeito do que se produz em arte e cultura nas mãos dos setores de marketing e do grande capital. Desse modo, acima de ser um investimento efetivo para a cultura, tal legislação resultou num estímulo à propaganda gratuita por parte das empresas.

Em suma, a sociedade brasileira, por meio dos governos instituídos até então, manteve, por cerca de duas décadas, a política de subsídio fiscal à Cultura, sem que esta alcançasse expressar os reais avanços apresentados pelos movimentos sócio-culturais, a demanda social e política crescente por melhorias na qualidade de vida como um todo e mais, sem que a dimensão da cultura estabelecesse uma relação democrática e de desenvolvimento humano com a população que a sustenta. Para Juca Ferreira, ex-Ministro de Estado da Cultura, “*é absolutamente coerente que um governo neoliberal tenha enfraquecido um Ministério responsável pelo estímulo à dimensão criativa e inovadora da sociedade brasileira*”². O ex-ministro ainda afirma que:

A dimensão simbólica não faz parte do horizonte dos que, tradicionalmente, pensam o país apenas através do ponto de vista da sua economia. Além do mais, é por meio do desenvolvimento cultural que a sociedade capacita-se a produzir idéias e processos contra-hegemônicos. Por isso, a dimensão

² FERREIRA, J. “A centralidade da cultura no desenvolvimento” – In. Barroso, Aloísio Sérgio; Souza, Renildo (orgs.). Desenvolvimento: idéias para um projeto nacional. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. p. 265-278. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/13/a-centralidade-da-cultura-no-desenvolvimento/> acesso em 8 de junho de 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

simbólica foi sistematicamente esvaziada enquanto dimensão relevante para a agenda do crescimento e do desenvolvimento humano, e a condução da política cultural foi transferida para o controle anônimo das agências de marketing das grandes empresas. (FERREIRA, 2010)

Questiona-se em que medida haverá mudança de tal quadro a partir da implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado no mês de novembro de 2010, sendo o primeiro planejamento de longo prazo do Estado para a área cultural na história do país. Sua elaboração como projeto de lei é obrigatória por determinação da Constituição desde que o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 48, em 2005. As prioridades e os conceitos trazidos por ele constituem um referencial de compartilhamento de recursos coletivos que norteará as políticas públicas da área num horizonte de dez anos, inclusive com metas. Seu texto foi aperfeiçoado pela realização de 27 seminários, em cada unidade da federação, resultantes de um acordo entre MinC e Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

Os princípios do PNC são: 1) Liberdade de expressão, criação e fruição; 2) Diversidade cultural; 3) Respeito aos direitos humanos; 4) Direito de todos à arte e à cultura; 5) Direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; 6) Direito à memória e às tradições; 7) Responsabilidade socioambiental; 8) Valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; 9) Democratização das instâncias de formulação das políticas culturais; 10) Responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais; 11) Colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura; 12) Participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais

Pelo histórico já mencionado, buscarei ater-me ao conjunto desses princípios, com ênfase para com as políticas culturais que norteiam o 11º princípio supracitado, a fim de verificar continuidades e discontinuidades com relação aos usos e apropriações da geração de valores a partir de bens culturais. Tenho acompanhado que o termo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

"Economia Criativa" assume certa freqüência na mídia recente e veicula-se a notícia da criação de uma secretaria³ homônima no Ministério da Cultura. A exemplo de:

"Ao criar a Secretaria de Economia Criativa, a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, dá sinais de que sua pasta pretende replicar no Brasil iniciativas de países que investiram nessa área e incentivaram o desenvolvimento das chamadas "cidades criativas". (*Folha de S. Paulo - SP, 16/02/2011*)

"A Secretaria de Economia Criativa será liderada por Cláudia Leitão, Doutora em Sociologia pela Université de Paris V, professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (Uece)." (*Brasil Econômico, 02/02/2011*)

De acordo com o ex-ministro Juca Ferreira, nos últimos anos tem sido de recomendação dos relatórios da ONU o tratamento da Cultura como propulsora no desenvolvimento das nações. Ele afirma que isso não se dá por um acaso, uma vez que *"não se pode conceber desenvolvimento ou tecnologia sem cultura, porque tudo está impregnado de cultura"* (FERREIRA, 2010). Para ele, portanto, a cultura deveria ser encarada de uma forma holística, dado que :

A cultura produz muitas "externalidades"; os impactos dos processos simbólicos, das ações e dos conteúdos culturais e artísticos iluminam de diversas formas os diferentes segmentos da sociedade e a vida das pessoas nas mais diversas dimensões: impactos da cultura são visíveis na economia, na saúde, na educação, na ciência e tecnologia, na pesquisa, na qualidade das relações sociais, nas questões de segurança pública, na vida política do país, na possibilidade de desenvolvimento de subjetividades complexas, fundamentais na formação de uma cultura democrática, solidária e participativa. (Idem)

³ Observo, contudo, que tenho consultado o site do MinC e até o presente momento não constatei a existência de uma pasta da Economia Criativa. As secretarias atualmente listadas são:

- **Secretaria de Articulação Institucional – SAI** (João Roberto Peixe);
- **Secretaria do Audiovisual - SAV** (Ana Paula Santana);
- **Secretaria de Cidadania Cultural – SCC** (Marta Pavese Porto);
- **Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural – SID** (Américo José Córdula Teixeira);
- **Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC** (Henilton Parente de Menezes) ;
- **Secretaria de Políticas Culturais – SPC** (Sergio Mamberti)

Ou seja, até agora, nem na parte de contatos com as Secretarias, nem no Organograma do Ministério apresentam-se a Secretaria de Economia Criativa ou a secretária de nome "Claudia Leitão". Por outro lado, em e-mail repassado à lista de e-mails "culturas populares" sob o título: "Carta dos Secretários e Presidentes de Vinculadas ao Sistema MinC"³, "Claudia Leitão" aparece como um dos que assinam tal carta, designando-se como "Indicada Secretária de Economia Criativa do MinC", e já circula um questionário para coleta demandas dos setores criativos, o que leva a crer que a Secretaria esteja se estruturando, bem como a possibilidade do site não estar plenamente atualizado.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Percebe-se a cultura em seu sentido antropológico como aquilo que “cimenta” toda forma de ação humana, daí o protagonismo das políticas culturais, que deveriam fazer uma ponte entre os demais ministérios. Podemos compreender a criação da Secretaria de Economia Criativa como fruto dessa necessidade de intercâmbio entre setores ministeriais e na medida em que se recoloca a cultura como componente estratégico para o desenvolvimento brasileiro. Ferreira ainda alerta: *“Muitos não sabem que a cultura movimenta uma economia que emprega mais que a indústria automobilística, já respondendo por mais de 6,5% de nosso PIB”* (Idem) , isto é, trata-se de uma economia em franca expansão.

Em 08 de dezembro de 2011⁴ é aprovado na Câmara dos Deputados, por unanimidade, o “Procultura”, que pretende corrigir distorções na Lei Rouanet. Suas alterações mais importantes dizem respeito ao *“fortalecimento e desburocratização do Fundo Nacional de Cultura, a democratização do acesso à produção cultural e o estímulo para que o setor privado invista na economia da cultura”*⁵ A meta é aprimorar a destinação dos recursos públicos e estabelecer critérios transparentes e objetivos no processo de seleção de iniciativas culturais.

Atenta-se que, desde o Governo Lula, havia a sinalização do ingresso da “Economia Criativa” na pauta das políticas de desenvolvimento do país. Assim sendo, verificar o processo por meio do qual o conceito de “economia criativa” se institucionaliza no MinC, quais as possíveis demandas iniciais da criação da pasta e como se dará a implementação de suas políticas é um dos objetivos desse trabalho. Outro objetivo é delimitar a conceituação do termo, destacando seu papel no que tange ao desenvolvimento endógeno e à criação de identidades produtivas no sentido da possível valorização da cultura local, bem como de re-significações do interior do ponto de vista cultural e ambiental, por meio de processos de criação, produção, consumo, formação, difusão e preservação dos bens materiais e simbólicos.

⁴ Fonte <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/151885-COMISSAO-APROVA-NOVOS-CRITERIOS-PARA-INCENTIVOS-CULTURAIS.html>, acesso em 09 de dezembro de 2010.

⁵ Fonte: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/11/09/plano-nacional-de-cultura-e-aprovado/> Acesso em: 09 de novembro de 2010, às 18hs.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Origens do conceito “Economia Criativa”: histórico, definições e a experiência brasileira

De acordo com Reis (2008a, p. 16), o conceito de Economia Criativa se origina do termo Indústrias Criativas a partir da experiência do projeto Creative Nation, em 1994, na Austrália. Tal projeto tinha por premissa a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país, bem como o papel das tecnologias como aliadas da Política Cultural. Já em 1997, no Reino Unido, na gestão de Tony Blair, a idéia toma fôlego, quando, diante de um panorama econômico global que se mostrava cada vez mais problemático aos setores tradicionais, a equipe britânica teria identificado 13 setores de maior potencial para o país, que teriam sido chamados também de “Indústrias Criativas”, os quais foram definidos como *“indústrias que tem sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para a criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual”*⁶.

Na década seguinte, houve o desenvolvimento sistemático de medidas tais quais: 1) contextualização do programa de indústrias criativas como resposta ao quadro socioeconômico em transformação; 2) identificação de setores de maior vantagem competitiva para o país e reordenamento das prioridades públicas para fomentá-los; 3) divulgação das estatísticas reveladoras da representatividade das indústrias criativas na riqueza nacional (7,3% do PIB nacional, em 2005) e com crescimento significativo contínuo (6% ao ano, entre 1997 e 2005, frente a 3% do total); 4) reconhecimento do potencial criativo para projetar uma nova imagem do país, interna e externamente, gerando slogans como “Creative Britain” e “Cool Britannia” com a conseqüente atratividade do turismo, investimentos externos e talentos que sustentassem um programa de ações complexo. (REIS, 2008a, p.17) Assim, a experiência do Reino Unido tornou-se paradigmática e mais tarde o conceito de Economia Criativa passa a ser replicado em outros países.

As formulações teóricas sobre as Indústrias Criativas são bastante plurais, de acordo com Ana Fonseca Reis:

⁶ Disponível em: http://www.culture.gov.uk/about_us/creativeindustries/default.htm



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Não há um conceito unânime, Caves, por exemplo, entende por indústrias criativas as relacionadas a artes, cultura e entretenimento em geral. Já para Howkins, o divisor de águas da Economia Criativa seria o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual (a “moeda” da Economia Criativa), expandindo sua abrangência dos direitos autorais para desenhos industriais, marcas registradas e patentes. (...) Já John Hartley propõe uma definição plural: a idéia de indústrias criativas busca descrever a convergência conceitual e prática das artes criativas (talento individual) com indústrias culturais (escala de massa) no contexto das novas tecnologias de mídia (TICs) em uma nova economia do conhecimento, para o uso dos novos consumidores-cidadãos interativos. (REIS, 2008b, p. 22- 23)

Ao falar sobre o chamado “Capitalismo Cognitivo”, Cocco (et al, 2003, p. 12) assinala que Schumpeter (1883 – 1950) seria o primeiro a dar conta da inovação como motor fundamental da economia. Os pensadores neo-schumpeterianos enfocam o papel do conhecimento como instrumento-chave para o alcance do fato inovador. O ponto que se coloca é, como formula Antonella Corsani: “Quem são os sujeitos da atividade inovante, que teoria do sujeito criador poderia fundar a análise do fato inovante?” (CORSANI, 2003, p. 18)

Observo que um aspecto que a Economia Criativa admite – mesmo que tacitamente –, e que pode ser considerado um avanço, é o de que o modo capitalista de produção massifica, mediocriza e desperdiça talentos. Marx era otimista com relação ao progresso – e nisso se fundam as utopias da modernidade – pois para ele, com o esgotamento das próprias forças produtivas o capitalismo se esfacelaria. O sistema traria em si “o germe de sua própria destruição”. No contexto pós-fordista vemos que isso não ocorreu, mas ao mesmo tempo erigem-se novas utopias – heteropias, que seriam utopias localizadas na concepção de Foucault – retirando o status de salvação humanidade da razão e da técnica (cuja conjugação se daria na idéia do progresso) e apontando como novas protagonistas a sensibilidade e a criatividade.

Se a cultura é o recurso privilegiado na economia criativa, num país miscigenado e tão plural em sua formação como nosso, onde vemos reinar a diversidade, certamente possuímos esse recurso em abundância. Mas, do mesmo modo que o Brasil sempre foi dotado de riqueza em recursos naturais, as questões que se colocam são as seguintes: Como se dão, na Economia Criativa, os usos e apropriações desses recursos? Será que podemos afirmar que seus projetos e políticas realmente culminam na redistribuição de renda? Qual modelo de gestão que cumpriria tal finalidade? Ana Fonseca Reis destaca



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

que um elemento base nessa questão é pensarmos sobre a “inadequação dos atuais paradigmas sócio-econômicos em lidar com as discrepâncias distributivas, forjar modelos sustentáveis de inclusão econômica e resolver os problemas da violência urbana, ambientais e sociais que nos afligem”. (REIS, 2008b, p. 23) Portanto, como saída, a noção de Economia Criativa por aqui deveria passar por adaptações, dando ênfase na economia da experiência que “reconhece o valor da originalidade, dos processos colaborativos (...) fortemente ancorada na cultura e em sua diversidade” (idem, p. 24) e da economia da cultura “que propõe a valorização da autenticidade de do intangível cultural, único e inimitável” (idem), as quais abririam portas às aspirações dos países em desenvolvimento de possuírem um recurso abundante em suas mãos.

No Brasil, antes da criação da Secretaria referida no capítulo anterior, o conceito chega pelos debates do reposicionamento do papel da cultura na estratégia socioeconômica a partir de 2004, com a XI Reunião Ministerial da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNC-TAD). Em 2005 ocorre, em Salvador, o I Fórum Internacional de Indústrias Criativas, organizado por iniciativa do embaixador Rubens Ricupero (então secretário-geral da UNC-TAD) e do ex-Ministro Gilberto Gil. Em 2006, uma pesquisa inédita da FIRJAN⁷, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) indica a participação de 16,4% de toda a cadeia produtiva do setor considerado Economia Criativa no PIB brasileiro e a movimentação de 381,3 bilhões de reais de toda a riqueza produzida nesse mesmo ano em que, além disso, o módulo “Economia Criativa” é inserido no Fórum Cultural Mundial do Rio de Janeiro. Em 2007 ocorrem dois Seminários Internacionais no Ceará e São Paulo. (REIS, 2008b, p.21). No ano de 2008 são editados os trabalhos “Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local” pelo SEBAE & SECULT de Vitória e “Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento”, pelo Itaú Cultural, de São Paulo, que sistematizam experiências e possibilidades acerca do tema, não se tratando, contudo de obras acadêmicas, muito embora boa parte de seus autores provenham da academia, como sinaliza Reis (2008b, p. 13). Mais recentemente, em 25 de fevereiro de 2011, é

⁷ Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro no Rio de Janeiro



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

inaugurada a Federação Nacional de Economia Criativa no Centro Cultural dos Correios de Recife-PE.

Artesanato com fibras vegetais em Quissamã-RJ: um estudo de caso entre Economia Criativa e re-significações do interior

A cidade de Quissamã-RJ apresentou certo destaque com relação ao Índice de Qualidade dos Municípios, apontando uma evolução de 21 posições em relação ao comparativo 1998/2005, ou seja, o melhor desempenho da região Norte Fluminense. (IQM = 0,3528, 24º lugar no estado). Pode-se dizer que a atual gestão do município configura um caso peculiar de cuidado e preservação para com o patrimônio histórico da cidade, a Vila teria sido fundada em 1749 e

Trinta anos após foi erguida em Quissamã a casa de Mato de Pipa. Conservada até hoje, tem valor histórico por ser o único exemplo das moradas dos primeiros senhores de engenhos nos Campos dos Goitacazes. Seu proprietário, Manoel Carneiro da Silva, a construiu em terras herdadas do seu pai, que se encontravam encravadas no Morgado de Capivari, pertencente ao Brigadeiro. Com a instalação definitiva do Capitão Manoel Carneiro da Silva em Mato de Pipa, iniciou-se, a seu redor, a expansão da Vila de Quissamã⁸.

Ocorre que, após passar pela subordinação administrativa entre Campos e Macaé, no século XIX, em 1988 Quissamã organiza um Plebiscito que a tornaria emancipada do município de Macaé em 1989, sendo eleito o primeiro prefeito, Octávio Carneiro da Silva. Já o atual prefeito chama-se Armando Cunha Carneiro da Silva, descendendo daquele mesmo Capitão Manoel Carneiro da Silva a partir de cuja construção do casarão a vila haveria se expandido. Isto é, a história da cidade confunde-se com a história de seu atual gestor municipal. Nesse sentido, pode ser explicada a promoção de uma cultura de tradição da cidade.

O trabalho de campo foi realizado com o intuito de fazer um levantamento sobre o projeto “Arte de Fibra”, este na verdade foi a “desculpa” inicial para a saída de campo, mas visitando a cidade, pude conversar com outras artesãs (oriundas ou não do

⁸ Disponível em: <http://www.quissama.rj.gov.br/index.php/2009/05/06/municipio-historia-quissama/>
Acesso em 12/05/2011



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

referido projeto) que desempenham suas atividades seja com fibras naturais, seja com outras matérias primas encontradas na região.

Com relação ao projeto “Arte de Fibra”, minha principal entrevistada foi Darlene dos Santos Monteiro, que desempenhou função de gerente e coordenadora geral no mesmo. Segundo ela, o projeto surgiu em 2002 e durou até 2008 (com sua saída). A matéria-prima usada era a talisca, haste parecida com vareta de bambu, que fica no meio das folhas e que geralmente é desperdiçada nas plantações. O trabalho com o artesanato de coco era dividido em três etapas. Na primeira, um grupo de mulheres moradoras às cercanias das plantações – geralmente mulheres do pessoal da lavoura – retiravam as folhas secas dos coqueiros e raspavam a talisca com uma pequena faca. As folhas verdes eram colocadas para secar. A seguir, o material era levado para outro grupo de mulheres, responsável pela confecção das peças, fazendo a amarração das esteiras que forriam objetos como arandelas, luminárias, abajures, lustres, jogos americanos e jardineiras. Por último, a fase de acabamento, onde as arestas e sobras das esteiras são cortadas e encaixadas nas peças. No local também são colocados os forros de estopa e os adornos, feitos com contas de coquinhos. De acordo com Darlene, mais de 60 pessoas foram capacitadas enquanto durou o projeto, e havia o sonho de que ele viesse a se tornar uma cooperativa, que foi interrompido por razão de sua retirada da coordenação. Ela diz “Às vezes penso que não exerci liderança, exerci ditadura, tanto é que quando saí, o projeto acabou.” E relata sobre um episódio no ano de 2004 em que, para o brinde do Dia Internacional da Mulher, a PETROBRAS encomendou 6.600 jogos americanos da fibra de talisca para presentear seus funcionários – ela conta que essa prática, chamada de “brinde social” motivava boa parte das encomendas, mas nunca haviam recebido uma tão extensa com prazo tão curto – então, para dar conta do pedido, empregou-se 210 pessoas num período de 22 dias para a confecção das peças. Nas palavras de Darlene:

Foi uma experiência única, que marcou bastante a todo mundo. Eu fiquei com gastrite na época, tive meu primeiro pico de pressão. (risos) Fazia drama quando queriam desistir, subia em cima de mesa, fazia discurso motivando eles. Eu virei até animadora de auditório!!! Inventava prêmios de brindes pro pessoal produzir mais rápido, pra estimular eles! Eu sei que a encomenda tinha que estar em Macaé às 7h30 e fechamos a ultima embalagem às 5h30 e despachamos para lá. No final foi lindo... todo mundo comemorando, se abraçando... se sentindo orgulhoso... “nosso trabalho tem valor” e aquele sentimento de equipe, sabe? Essas coisas é que são legais nesse tipo de trabalho...



Na seqüência, dentro deste mesmo relato, Darlene frisa aspectos que nos fazem refletir, diante de nossa atual conjuntura sócio-econômica – a qual cada vez mais gera discrepâncias e desfavorece o desenvolvimento endógeno – sobre a necessidade e importância da promoção de projetos que possuam em seu bojo a proposta de re-significações do interior como norte, tendo em vista a formação de identidades produtivas:

Auto-estima tem muito a ver com isso: se sentir pertencendo a algo. Esse pessoal não é urbano, mas também não tem orgulho de ser rural, porque não tem terra para produzir, ao mesmo tempo eles tem o anseio urbano do consumo, mas moram na roça. O progresso está chegando aqui, mas não é para eles⁹, vai dar muito emprego pra gente de fora... então, o único modo de evitar a formação de “favelas rurais” – porque é isso que são, por mais que a gente romantize a vida no campo hoje em dia – seria através desses tipos de projetos que integrem, que dêem a eles esse sentimento de pertencimento, façam eles afirmarem positivamente seus valores e a relação com o seu lugar, sentirem orgulho do que eles são.

Esse tipo de abordagem só é possível se percebermos a cultura e identidade como categorias em constante formação e transformação, não como algo estático e dado. Darlene ainda me deu uma verdadeira aula sobre artesanato, ela ressalta que o artesanato, em sua origem, surgiu como uma necessidade:

um jarro, uma cesta de palha, uma colher de pau, utensílios em geral que as famílias confeccionavam para o dia-a-dia. Já hoje em dia, é o contrário, a indústria supre as necessidades básicas, o artesanato é o supérfluo... então quem compra, quem consome, é exigente, busca apelo estético: trabalhamos muito com ‘bicha designer’, ‘bicha decoradora’ justamente porque eles atendiam a esse grau de exigência.

Nesse sentido, de acordo com Darlene, o trabalho desenvolvido atualmente por oficinas de artesanato seria uma forma de “escolarização”, pois se perceberia uma quebra da estrutura tradicional, do repasse de pai para filho: “Mas não estou dizendo que isso é inautêntico, isso na verdade é uma prova de que a cultura gira, ela muda, ela é feita de mudanças”. Verifiquei que por mais que muitas das artesãs não possuíssem, por tradição familiar, o conhecimento específico do ofício de se trabalhar com a fibra vegetal, todas as que entrevistei possuíam alguma afinidade e experiência com o trabalho manual, geralmente com o bordado¹⁰. Além disso, um fator de identificação local das artesãs com o trabalho realizado pode ser entendido em virtude da matéria-

⁹ Refere-se ao Complexo Logístico Industrial Farol-Barra do Furado.

¹⁰ As respostas mais recorrentes para a pergunta “Já possuía alguma outra experiência com artesanato?” foram: Sim. Exemplos: “crochê”, “ponto-cruz”, “tricô”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

prima utilizada ser abundante na região, como vemos ser enfatizado em entrevista sobre o projeto “Arte de Fibra”, na época em que vigorava:

Quissamã é o maior produtor de coco do estado, concentrando 270 mil coqueiros plantados em 1,3 mil hectares. Sua tradição agrícola, além das condições de solo, de topografia e da abundância de recursos hídricos, faz do lugar uma área ideal para a atividade da fruticultura, de acordo com o secretário de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, Christino Áureo¹¹.

Ao questionar sobre a abundância da matéria-prima, todas as minhas entrevistadas responderam afirmativamente, tanto as oriundas do projeto “Arte de Fibra”, que continuam atuando por conta própria ou em novos projetos de cooperativas (CoopBrart’s), trabalhando com a fibra da talisca, quanto as do projeto “Tranças e Tramas”, que trabalham com a taboa dos lagos de Barra do Furado (distrito de Quissamã). Concernente a isso, vemos o trabalho sobre “Indicadores Geográficos”, que relaciona meio-ambiente e patrimônio imaterial, com respeito a “produtos ou serviços, cujo local de origem tenha alcançado reputação consagrada no mercado, ou quando o ambiente natural e humano transmita características singulares aos produtos.” (MAFRA, 2010, p. 66)

Assim, pode-se, deliberadamente, buscando elementos de pertencimento, de identificação com o local, recriar modelos de identificação com o meio, visando a sustentabilidade, tanto do ponto de vista simbólico, quanto do ecológico, do econômico e do social. E aqui entraria a convergência com a proposta de desenvolvimento da Economia Criativa. Segundo Lala Deheinzelin :

A Economia Criativa é a grande estratégia para qualificação e revitalização de áreas urbanas, espaços públicos e até áreas rurais. Nossa diversidade cultural e natural pode originar iniciativas com maior probabilidade de sucesso e longevidade, pois são baseadas em diferenciais locais, únicos. Essas iniciativas são tanto mais bem-sucedidas quanto mais setores envolvidos simultaneamente (exemplos: turismo, agronegócio, cultura, artesanato e gastronomia) (DEHEINZELIN, 2008, p.38)

Considerações finais

¹¹ Fonte: <http://www.paginarural.com.br/noticia/20447/artesanato-transforma-fibra-de-coqueiro-em-renda-no-norte-fluminense> (Acesso em 11/03/2011)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Em virtude do que fora discutido, conclui-se que a sistematização de políticas da economia criativa, se aplicadas às nossas especificidades e tendo em vista a redistribuição de bens simbólicos e de renda, seria dotada de grande potencial para o desenvolvimento endógeno e afirmação do Brasil como nação soberana. Cabe, portanto, pensar modelos de promoção desse objetivo. Creio que a medida principal seria facilitar o processo de reconhecimento dos sujeitos-criadores que muitas vezes estão à margem do processo econômico: artesãos, artistas de rua, profissionais do circo, garantindo o direito de auto-fruição com dignidade. Assim, tendo como principais combustíveis a cultura e a criatividade e ao lidar com recursos renováveis, a Economia Criativa, unida à noção de identidades produtivas promoveria a re-criação de realidades.

Bibliografia

CHAUI, Marilena. *Cidadania Cultural*. 1.ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

COCCO, et at. “Conhecimento, inovação e redes de redes. Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação. COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez & SILVA, Gerardo (orgs.) Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CORSANI, Antonella. “Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo”. *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez & SILVA, Gerardo (orgs.) Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DEHEINZELIN, Lala. “Economia Criativa, Sustentabilidade e Desenvolvimento Local”. In: DEHEINZELIN, Lala; REIS, Ana Carla Fonseca (orgs.). *Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local*. Vitória: SEBAE & SECULT, 2008.

FERREIRA, J. “A centralidade da cultura no desenvolvimento” – In: Barroso, Aloísio Sérgio; Souza, Renildo (orgs.). *Desenvolvimento: idéias para um projeto nacional*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. p. 265-278. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/13/a-centralidade-da-cultura-no-desenvolvimento/> acesso em 8 de junho de 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MAFRA, Luiz Antônio Staub. “Gestão do patrimônio imaterial: reflexões sobre os direitos de propriedades nas Indicações Geográficas”. Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. V. 7, n.13. São Luis: EDUFMA, 2010.

PORTO, Maria. “Recuperar a dimensão política da cultura: nosso principal desafio”. Pensar Iberoamerica. Nº 7. Set/Dez, 2004. Disponível em: <http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric07a03.htm> Acesso em: 8 de novembro de 2010.

REIS, Ana Carla Fonseca. “Introdução”. In: REIS, Ana Carla Fonseca (org). Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú cultural, 2008a.

REIS, Ana Carla Fonseca. “Evolução Histórica: da Indústria Criativa à Economia Criativa – pequeno panorama global.” In: DEHEINZELIN, Lala; REIS, Ana Carla Fonseca (orgs.). Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local. Vitória: SEBAE & SECULT, 2008b.